



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27/03/2017
(Contém folhas)

ATA Nº 07

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 27/03/2017

ATA Nº 07

----- Aos vinte e sete dias do mês de março do ano dois mil e dezassete, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 13 de março de 2017 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

----- INFORMAÇÕES DO SR. VICE-PRESIDENTE -----

----- O Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio, informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Que, no próximo dia 8 de abril, será inaugurado um novo percurso pedestre em Pampilhosa da Serra, o PR9 PPS, com 17,8km, que liga Unhais-o-Velho ao Vidual; -----

----- Que, o Município de Pampilhosa da Serra candidatou-se ao Concurso Nacional “7 Maravilhas de Portugal”, que em 2017 tem as aldeias como tema, pelo que candidatamos



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

as Aldeias do Xisto, Fajão e Janeiro de Baixo. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2 - CÂMARA MUNICIPAL

2.1 - Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense - Convite

----- Foi presente um convite do Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense, para o evento de comemoração dos 317 anos da sua existência, no dia 9 de abril de 2017, em Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2 - Alteração do dia da próxima reunião de Câmara

----- Tendo em conta que a primeira reunião de Câmara do mês de abril coincide com o dia do Feriado Municipal, o Senhor Presidente informou o restante Executivo que, de acordo com o Artigo 3.º, nº 2, do Regimento da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, a mesma será efetuada no dia seguinte, 11 de abril, à hora estipulada, 10h00. -----

3 - DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 23 de março de 2017, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 2.310.558,54 € (dois milhões trezentos e dez mil quinhentos e cinquenta e oito euros e cinquenta e quatro centimos); -----

----- De operações não orçamentais: 222.273,24 € (duzentos e vinte e dois mil duzentos e setenta e três euros e vinte e quatro centimos), num total de 2.543.053,90 € (dois milhões quinhentos e quarenta e três mil e cinquenta e três euros e noventa centimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

4.1 - SECRETARIA

- 4.1.1 - POF - Portugal Off Road, unipessoal, Lda**
- "Tour Of Portugal" - 31 de março, 01 e 02 de abril 2017
- Pedido de isenção do pagamento de taxas

----- Foi presente um requerimento da POF - Portugal Off Road, unipessoal, Lda, a requerer isenção do pagamento de taxas, para a realização do evento "Tour Of Portugal, nos dias 31 de março, 01 e 02 de abril, em Pampilhosa da Serra. -----

----- Relativamente ao pedido formulado, foi presente uma Informação dos Serviços de Secretaria, tendo por base as alíneas c) do artigo 8º do Regulamento Geral das Taxas Municipais. Mais informam os Serviços, que os valores do licenciamento são os seguintes: -----

----- Taxa pela apreciação do pedido para a emissão de Licença - 35.53 €; -----

----- Licença para a realização de espetáculos ou divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre - 11.12 € -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar a POF - Portugal Off Road, unipessoal, Lda do pagamento das referidas taxas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

- 4.1.2 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra**
- Passeio TT a realizar dia 02 de abril de 2017
- Pedido de isenção do pagamento de taxas

----- Foi presente um requerimento da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, a requerer isenção do pagamento de taxas, para a realização do evento "Passeio TT" a realizar no dia 02 de abril de 2017, em Pampilhosa da Serra. -----

----- Relativamente ao pedido formulado, foi presente uma Informação dos Serviços de Secretaria, tendo por base as alíneas c) do artigo 8º do Regulamento Geral das Taxas Municipais. Mais informam os Serviços, que os valores do licenciamento são os seguintes: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Taxa pela apreciação do pedido para a emissão de Licença - 35.53 €; -----
----- Licença de Ruído - 11.12 €. -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra do pagamento das referidas taxas. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.3 - Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense

- Festa de Aniversário, 09 de abril de 2017
- Licença de Ruído; Licença para Ocupação de Espaço Público
- Pedido de isenção do pagamento de taxas

----- Foi presente um requerimento do Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense, a requerer isenção do pagamento de taxas, para a realização do evento supramencionado, a realizar no dia 09 de abril do corrente ano, em Pampilhosa da Serra. -----

----- Relativamente ao pedido formulado, foi presente uma Informação dos Serviços de Secretaria, tendo por base as alíneas c) do artigo 8º do Regulamento Geral das Taxas Municipais. Mais informam os Serviços, que os valores do licenciamento são os seguintes: -----

----- Taxa pela apreciação do pedido para a emissão de Licença - 35.53 €; -----
----- Taxa pela apreciação de pedido para a emissão de Licença - 35.53 €; -----
----- Licença de ruído - 11.12 €; -----
----- Licença de Ocupação de Espaço Público - 11.12 €. -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar o Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense do pagamento das referidas taxas. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

4.2.1 - Projeto de Regulamento da Ludoteca Municipal "Pampilho"

----- Foi presente o Projeto de Regulamento da Ludoteca Municipal "Pampilho", que tem como finalidade organizar e disciplinar a atividade e as relações da Ludoteca Pampilho, bem como definir o modo de utilização das diversas áreas e espaços a ela afetos. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar e, ao abrigo do disposto no art. 241º da Constituição da República Portuguesa, da competência prevista na alínea k), do nº 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter o presente Projeto de Regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, em cumprimento do disposto no artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

5.1 - OBRAS PÚBLICAS

5.1.1 - Reconversão do Mercado Municipal de Pampilhosa da Serra - Reclamação / impugnação de relatório final I, relatório final II e deliberação de adjudicação

----- Foi presente uma informação dos serviços técnicos de obras referente à análise efetuada à reclamação / impugnação apresentada pelo concorrente Sisfoz, Lda, relativamente ao relatório final I, relatório final II e deliberação de adjudicação e que a seguir se transcreve: -----

----- “Em 22/03/2017 a empresa Sisfoz - Montagens Elétricas, Lda, concorrente ao procedimento de concurso público “**Reconversão do Mercado Municipal de Pampilhosa da Serra**”, apresentou na plataforma VortalGov, através da mensagem refª PT1.MSG.536906 datada de 22/03/2017 e por email datado de 22/03/2017 reclamação / impugnação relativamente ao relatório final I, relatório final II e deliberação de adjudicação. -----

----- Por despacho de 23/03/2017 o Sr Presidente solicitou análise aos serviços técnicos de obras.

----- Assim e no cumprimento do despacho emanado entende-se o seguinte: -----

1. RECLAMAÇÃO/IMPUGNAÇÃO

- a) Apresentada pela empresa Sisfoz - Montagens Elétricas, Lda na plataforma VortalGov, através da mensagem refª PT1.MSG.536906 datada de 22/03/2017 e por email dirigido ao Município em 22/03/2017 que aqui se dá por integralmente reproduzida e se anexa; -----
- b) A empresa Sisfoz - Montagens Elétricas, Lda refere no essencial o que havia referido aquando da audiência prévia ao relatório preliminar, ou seja: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

- a. Não concorda e nem aceita que a sua proposta seja excluída com base no argumento do Júri de análise das propostas de que foi apresentada para além do prazo previsto nos elementos do concurso; -----
- b. De acordo com a sua interpretação a proposta por si apresentada ocorreu dentro do prazo estabelecido e consequentemente terá de ser admitida, sujeita a análise e classificada em 1º lugar com a consequente adjudicação. -----

2. APRECIÇÃO DO JURÍ DO CONCURSO

- a) De acordo com o disposto no ponto 10 do anúncio de procedimento n.º 7898/2016, publicado em Diário da República n.º 230, II Série, parte L de 30/11/2016, conjugado com o constante nos elementos disponibilizados na plataforma VortalGov, o prazo limite para apresentação das propostas era as 17:30:00 do dia 22/12/2016; -----
- b) Não foi reportada por parte da Vortal quaisquer problemas técnicos na plataforma eletrónica que impossibilitassem a submissão da proposta dentro do prazo estabelecido nas peças do procedimento; -----
- c) O concorrente Sisfoz, Lda não apresentou qualquer documento emitido pela Vortal, gestora da plataforma, referindo que existiu algum problema que impossibilitasse o concorrente de apresentar a sua proposta em tempo útil; -----
- d) A proposta considera-se submetida quando o processo de submissão (transação da informação) está concluído e é gerado o respetivo recibo de submissão da proposta com a hora da aposição do selo temporal na transação (submissão); -----
- e) De acordo com a definição de "submissão de proposta" (artigo 2º da Lei 96/2015), a submissão ocorre no "momento em que o concorrente ou candidato efetiva a entrega da proposta", sendo que "Após a submissão, o concorrente deve receber, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo anterior, um recibo eletrónico, com registo da identificação da entidade adjudicante, do procedimento, do lote, se for o caso, do concorrente, da proposta, bem como da data e hora da respetiva submissão." (e o artigo 70º, nº1); -----
- f) De acordo com o artigo 65º, nº3 "A plataforma eletrónica deve operacionalizar um sistema de aviso de receção eletrónico que comprove o sucesso do envio dos documentos que constituem as candidaturas, as soluções e as propostas, bem como a data e hora da submissão". Claramente a legislação distingue dois momentos: anexação de documentos e efetiva submissão da proposta. -----
- g) Apesar da Lei 96/2016 ser taxativa e clara sobre o que deve ser considerado o momento de submissão da proposta, salvo melhor entendimento, nem outra interpretação seria possível, uma vez que um entendimento distinto poria em causa o princípio de eficiência processual. Isto significaria para as entidades adjudicantes, que nunca saberiam qual o momento de encerramento efetivo do prazo de entrega das propostas, o que seria impensável, passando a



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- contratação pública eletrónica a ser algo totalmente incontrolável e impercetível, e como tal, ineficaz e ineficiente (teoricamente todas as propostas não submetidas mas com ficheiros anexos assinados seriam então consideradas concorrentes); -----
- h) Face a isto a Lei 96/2015 veio clarificar esta situação, revogando o nº2 do artigo 19º da Portaria 701-G/2008, que deu aso no passado a interpretações imateriais e clarificando a situação com os artigos acima mencionados.-----
- i) O próprio IMPIC, entidade licenciadora e fiscalizadora das plataformas eletrónicas, esclarece inequivocamente no seu site que a proposta considera-se submetida de acordo com o acima exposto, tal como se pode verificar em <http://www.impic.pt/impic/pt-pt/perguntas-frequentes/atividade-de-gestao-de-plataformas-eletronicas>;-----
- j) Os documentos da proposta do concorrente Sisfoz, Lda, foram submetidos e assinados na plataforma de forma individual de acordo com o seguinte: -----
- a. Questionário (PDF): 17:28:28 UTC; -----
 - b. Formulário Principal (PDF): 17:28:58 UTC; -----
 - c. DACC.pdf: 17:29:06 UTC; -----
 - d. AnexoIII.pdf: 17:29:17 UTC; -----
 - e. Memoria Descritiva e Justificativa.pdf: 17:29:25 UTC; -----
 - f. Declaração prazo execução.pdf: 17:29:32 UTC; -----
 - g. LPU_Mercado_Pampilhosa.pdf: 17:29:39 UTC; -----
 - h. Plano trabalhos.zip: 17:29:46 UTC; -----
 - i. Decl Poderes Assinatura_Mercado Pampilhosa da Serra.pdf: 17:29:58 UTC; -----
 - j. Declaração Erros e Omissões.pdf: 17:30:07 UTC -----
- k) A proposta do concorrente foi assinada e submetida de acordo com o constante no recibo de submissão da proposta, ou seja, 17:30:29 UTC do dia 22/12/2016, conforme anexo III; -----
- l) A hora 17:30:29 UTC do dia 22/12/2016 presente no recibo de submissão da proposta é a hora de submissão, nos termos do disposto no artigo 65º da Lei 96/2015; -----
- m) A plataforma VortalGov encontra-se certificada e licenciada de acordo com os requisitos exigidos na Lei 96/2015; -----
- n) A citada plataforma, tal como outras que se encontram certificadas e licenciadas, são sujeitas a auditoria regulares para aferir do cumprimento do disposto na Lei 96/2015; -----
- o) A plataforma cumpre com o disposto no artigo 65º da Lei 96/2015, sendo que a proposta do concorrente Sisfoz, Lda foi classificada com apresentada fora de prazo; -----
- p) O Júri não dispõe de poderes de discricionariedade que lhe permitam alterar a hora limite de submissão das propostas; -----
- q) As horas a que atrás o Júri se refere e menciona são horas UTC (Tempo Universal Coordenado) e não aquelas que constam em cada um dos computadores dos utilizadores; --

----- Nestes termos, o Júri entende manter a posição de que a proposta do concorrente Sisfoz, Lda foi apresentada para além da data limite, devendo ser excluída por essa razão.-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- No entanto e mesmo que assistisse razão ao concorrente Sisfz, Lda, o que não se verifica na presente situação, a proposta apresentada teria de ser excluída dado que o prazo de execução (300 dias) viola o previsto em caderno de encargos (365 dias) uma vez que tal parâmetro não foi submetido à concorrência.-----

3. APRECIÇÃO DA RECLAMAÇÃO / IMPUGNAÇÃO

- a) O anúncio do procedimento de concurso público foi publicado em Diário da República nº230, II Série, parte I de 30/11/2016, sob o nº7898/2016; -----
- b) De acordo com o disposto no ponto 10 do citado anúncio de procedimento nº7898/2016, conjugado com o constante nos elementos disponibilizados na plataforma VortalGov, o prazo limite para apresentação das propostas era as 17:30:00 h do dia 22/12/2016; -----
- c) A responsabilidade pela submissão das propostas é única e exclusivamente de cada concorrente; -----
- d) Por consulta aos elementos do processo, verifica-se que durante o período de apresentação das propostas não foi reportada por parte da Vortal quaisquer problemas técnicos na plataforma eletrónica que impossibilitassem a submissão da proposta dentro do prazo estabelecido nas peças do procedimento; -----
- e) O concorrente Sisfz, Lda não apresentou qualquer documento emitido pela Vortal, gestora da plataforma, referindo que existiu algum problema que impossibilitasse o concorrente de apresentar a sua proposta em tempo útil; -----
- f) Atento as alegações proferidas pela reclamante no ponto 2, nº1 a nº50 da reclamação/impugnação, e depois de devidamente apreciadas e ponderadas, entende-se o seguinte: -----
 - a. Efetivamente, tal como referido no nº1 do artigo 55º da Lei nº96/2015 de 17/08, todos os documentos submetidos nas plataformas eletrónicas, bem como todos os atos que, nos termos do CCP, devem ser praticados dentro de um determinado prazo, são sujeitos à aposição de selos temporais emitidos por uma entidade certificadora credenciada para a prestação de serviços de validação cronológica; -----
 - b. De acordo com o disposto na alínea f), nº2 do artigo 55º da Lei nº96/2015 de 17/08 o ato de submissão de candidaturas, propostas e soluções está sujeito à aposição de selos temporais; -----
 - c. O nº1 do artigo 65º da Lei nº96/2015 de 17/08 refere que a data e hora limite para entrega das candidaturas, das soluções e das propostas, devem ser fixadas pela entidade adjudicante nas peças do procedimento, facto que se verificou no presente procedimento, tanto no anúncio do procedimento como no programa de procedimento; -----
 - d. No nº2 do citado artigo 65º da Lei nº96/2015 de 17/08 é dito que, para efeitos de determinação da data e hora referidas no número anterior, deve ter-se em



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- consideração o momento em que o concorrente procede à submissão da totalidade dos documentos que as integram, nos termos do disposto no artigo 70.º; -----*
- e. *O referido artigo 70.º, n.º1 refere que sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 65.º, a proposta considera -se apresentada, para efeitos do CCP, quando o concorrente finaliza o processo de submissão; -----*
- f. *No ponto 2, n.º13 da reclamação/impugnação, a reclamante refere "Ou seja, para a apresentação de qualquer proposta e/ou candidatura é fixado um prazo limite de natureza peremptória que tem de ser respeitado por todos os interessados, sob pena de preclusão imediata do seu direito de participação nesses concursos e/ou de não consideração e/ou análise das respectivas propostas"; -----*
- g. *Como se pode ver, a reclamante tem pleno conhecimento e sabe perfeitamente quais as consequências de apresentação de uma proposta para além do prazo limite estabelecido nos elementos do procedimento, ou seja, preclusão imediata do seu direito de participação nesse concurso; -----*
- h. *A reclamante refere no ponto 2, n.º14 da reclamação/impugnação que é emitido e entregue a todos os interessados um recibo com a data e hora de submissão de cada uma das peças enviadas, sem concretizar no processo em apreço com a junção de tais documentos, que demonstrem de forma clara e inequívoca a hora de submissão de cada um dos documentos que instruem a proposta; -----*
- i. *Por consulta aos elementos do processo e de modo a esclarecer de forma clara e inequívoca sobre a hora de submissão e assinatura de cada um dos documentos da proposta da reclamante, anexam-se os documentos relativos ao detalhe da assinatura de cada um deles sendo que a assinatura dos mesmos após anexação na plataforma VortalGov foi efectuada de acordo com o seguinte: -----*
- i. Questionário (PDF): 17:28:28 UTC; -----*
 - ii. Formulário Principal (PDF): 17:28:58 UTC; -----*
 - iii. DACC.pdf: 17:29:06 UTC; -----*
 - iv. AnexoIII.pdf: 17:29:17 UTC; -----*
 - v. Memoria Descritiva e Justificativa.pdf: 17:29:25 UTC; -----*
 - vi. Declaração prazo execução.pdf: 17:29:32 UTC; -----*
 - vii. LPU_Mercado_Pampilhosa.pdf: 17:29:39 UTC; -----*
 - viii. Plano trabalhos.zip: 17:29:46 UTC; -----*
 - ix. Decl Poderes Assinatura_Mercado Pampilhosa da Serra.pdf: 17:29:58 UTC; -----*
 - x. Declaração Erros e Omissões.pdf: 17:30:07 UTC -----*
- j. *A reclamante refere no ponto 2, n.º16 da reclamação/impugnação que o momento a considerar para efeitos de aferição da tempestividade das respectivas propostas e/ou candidaturas é, por isso mesmo, o da sua submissão, sendo este o momento do carregamento da mesma e/ou da totalidade dos documentos que a integram na*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

- plataforma informática e este, por sua vez, o momento da aposição da competente assinatura electrónica em cada um desses documentos; -----
- k. O documento "Declaração Erros e Omissões.pdf" foi assinado na plataforma às 17:30:07 UTC, logo para além da hora limite de apresentação das propostas, o que tendo em consideração a afirmação da reclamante faz com que a totalidade da proposta não tenha sido apresentada dentro do prazo previsto (até às 17:30:00 UTC) e consequentemente tenha de ser excluída; -----
- l. A reclamante invoca três acórdãos que embora analisem situações parecidas, não são iguais aos factos em apreço no presente procedimento de contratação fazendo com que as suas conclusões não possam ser aplicadas e tomadas em consideração nesta situação; -----
- m. De igual modo a lei alterou sendo que em 16/10/2015 entrou em vigor a Lei nº96/2015 de 17/08; -----
- n. Contrariamente ao referido pela reclamante ponto 2, nº21 da reclamação/impugnação, a sua proposta nunca pode ser considerada tempestiva dado que a totalidade dos documentos não foram assinados dentro do prazo limite, por responsabilidade exclusiva do concorrente e consequentemente a proposta também foi submetida e assinada para além do prazo limite; -----
- o. O referido no ponto 2, nº22 da reclamação/impugnação não está totalmente correto porquanto o questionário foi assinado na plataforma às 17:28:28 UTC e o formulário principal às 17:28:58 UTC; -----
- p. Quanto ao referido no ponto 2, nº23 a nº28 e nº30 da reclamação/impugnação, as horas referidas referem-se não á hora de submissão e assinatura na plataforma mas sim à hora da assinatura dos documentos fora da plataforma no computador do utilizador, antes da anexação, tanto mais que a hora indicada é a hora desse mesmo computador e não a hora UTC; -----
- q. A hora de assinatura de cada um dos documentos após a submissão na plataforma é a seguinte: -----
- i. Questionário (PDF): 17:28:28 UTC; -----
 - ii. Formulário Principal (PDF): 17:28:58 UTC; -----
 - iii. DACC.pdf: 17:29:06 UTC; -----
 - iv. AnexoIII.pdf: 17:29:17 UTC; -----
 - v. Memoria Descritiva e Justificativa.pdf: 17:29:25 UTC; -----
 - vi. Declaração prazo execução.pdf: 17:29:32 UTC; -----
 - vii. LPU_Mercado_Pampilhosa.pdf: 17:29:39 UTC; -----
 - viii. Plano trabalhos.zip: 17:29:46 UTC; -----
 - ix. Decl Poderes Assinatura_Mercado Pampilhosa da Serra.pdf: 17:29:58 UTC; -----
 - x. Declaração Erros e Omissões.pdf: 17:30:07 UTC -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

- r. No que respeita ao documento referido no ponto 2, nº29 da reclamação/impugnação, verifica-se que tal documento não consta da proposta apresentada tal como se pode verificar na lista de documentos constante do recibo comprovativo de submissão da proposta, demonstrando que as horas referidas em ponto 2, nº23 a nº28 e nº30 da reclamação/impugnação não se referem à hora de assinatura na plataforma após submissão, dado que esse documento nem sequer foi carregado para a referida plataforma; -----
- s. A reclamante deveria efetuar a sua análise e considerações sobre os documentos que submeteu na plataforma VortalGov e não sobre aqueles que possui no seu computador, mas não anexou à proposta aquando da submissão; -----
- t. O referido pela reclamante no ponto 2, nº33 da reclamação/impugnação é incorrecto e não traduz a realidade dos factos já que o documento "Declaração Erros e Omissões.pdf " foi assinado na plataforma às 17:30:07 UTC, logo para além da hora limite de apresentação das propostas, o que faz com que a proposta forçosamente também tenha sido submetida para além do limite previsto;-----
- u. Contrariamente ao referido pela reclamante no ponto 2, nº34 da reclamação/impugnação, a proposta é intempestiva e a proposta de exclusão feita pelo Júri e validada em reunião de Câmara mostra-se legal atento os fundamentos atrás referidos;-----
- v. O recibo de submissão da proposta com a refª PT1.RECEIPT.13943107, que se anexa, foi emitido às 17:30:29 UTC, hora a que foi submetida a proposta da reclamante, sendo esta a hora aposta do selo temporal; -----
- w. Contrariamente ao referido pela reclamante no ponto 2, nº35 da reclamação/impugnação, o recibo comprovativo da submissão da proposta evidencia que a proposta foi submetida depois de terminado o prazo legal de apresentação de propostas pelo que tem forçosamente de ser excluída; -----
- x. Contrariamente ao referido pela reclamante no ponto 2, nº36 da reclamação/impugnação, o documento "Declaração Erros e Omissões.pdf " foi assinado na plataforma às 17:30:07 UTC, logo para além da hora limite de apresentação das propostas; -----
- y. O recibo de submissão da proposta não confirma apenas a receção de cada um dos documentos aí identificados, como é referido pela reclamante no ponto 2, nº37 da reclamação/impugnação já que no mesmo e para cada documento é mencionada a hora de assinatura de cada documento e se abrirmos o detalhe da assinatura é possível aferir com maior minúcia ao detalhe da hora. De igual modo tem aposta a hora de submissão da proposta (17:30:29 UTC) já que imediatamente após a submissão é criado o citado recibo; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

- z. A emissão do recibo é imediata à submissão da proposta pelo que a data e hora referida no ponto 2, nº38 da reclamação/impugnação é a data e hora da submissão da proposta;-----
- aa. Contrariamente ao referido pela reclamante no ponto 2, nº39 da reclamação/impugnação, o documento "Declaração Erros e Omissões.pdf" foi assinado na plataforma às 17:30:07 UTC, logo para além da hora limite de apresentação das propostas;-----
- bb. Na alínea a) do nº2 do artigo 146º do CCP, é referido que no relatório preliminar a que se refere o número 1 do citado artigo, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;-----
- cc. Contrariamente ao referido no ponto 2, nº40 da reclamação/impugnação, o Júri procedeu de forma correta ao propor a exclusão já que assim estava obrigado tendo em consideração o disposto na alínea a) do nº2 do artigo 146º do CCP; -----
- dd. E entendimento igual ao do Juri tem a reclamante no ponto 2, nº13 da reclamação/impugnação contradizendo-se quando refere que nem sempre se deve concluir pela exclusão de propostas apresentadas para além do prazo limite de apresentação das mesmas; -----
- ee. No ponto 2, nº41 da reclamação/impugnação a reclamante invoca o disposto na alínea a) do nº2 do artigo 146º do CCP mas apresenta um texto diverso daquele que está na lei, ou seja "permite é a exclusão de proposta que tenham sido apresentadas na sua totalidade já depois do prazo que foi fixado para o efeito ...". A lei refere: o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação. Como se pode verificar são textos com sentidos diferentes; -----
- ff. No ponto 2, nº42 a nº46 da reclamação/impugnação a reclamante enumera um conjunto de considerações que mais não são do que o seu entendimento da lei sem que faça qualquer referência à mesma e contradizendo-se face ao mencionado no ponto 2, nº13 da reclamação/impugnação; -----
- gg. Contrariamente ao referido pela reclamante no ponto 2, nº47 da reclamação/impugnação, não se procedeu à recusa de uma proposta, pois o Juri procedeu à análise e valoração de todas as propostas admitidas. A proposta da reclamante foi excluída facto pelo qual não foi nem nunca poderia ser valorada; ----
- hh. O entendimento do Juri em excluir a proposta da reclamante por ter sido submetida para além do prazo limite de apresentação das propostas funda-se na lei, como não poderia deixar de ser, nomeadamente na alínea a) do nº2 do artigo 146º do CCP contrariando o referido pela reclamante no ponto 2, nº48 da reclamação/impugnação;-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

- ii. No ponto 2, nº49 e nº50 da reclamação/impugnação a reclamante enumera um conjunto de considerações que mais não são do que a expressão do seu entendimento sem invocação de qualquer fundamentação legal que as suporte. Contrariamente ao referido as propostas não são sujeitas a comparação entre elas mas sim à sua valoração individual e per si face aos critérios de adjudicação definidos pela entidade adjudicante nos elementos do procedimento, nomeadamente programa de procedimento. O atraso na submissão da proposta não pode ser imputado à demora na transmissão de dados quando a reclamante, face a um limite por si conhecido das 17:30 00 horas, efetuou a anexação do primeiro documento da sua proposta às 17:18:22 UTC (DACC.pdf) cuja assinatura ocorreu às 17:29:06 UTC. Foi pois da única e exclusiva responsabilidade da reclamante a decisão de iniciar tão tardiamente a anexação dos documentos da sua proposta e consequentemente do atraso verificado. Não pode a reclamante querer imputar a responsabilidade do atraso a terceiros nem tão pouco que a sua proposta seja considerada admitida mesmo submetida em hora para além do limite previsto nos elementos do concurso;
- jj. No ponto 3 da reclamação/impugnação, a reclamante apresenta um conjunto de considerações e afirmações que mais não são do que aquelas que referiu em 2, acrescentando alguns relatos sobre as fases processuais decorridas desde a elaboração do relatório final I até à comunicação da decisão de adjudicação em reunião de Câmara de 13/03/2017; -----
- kk. A reclamante foi chamada a pronunciar-se relativamente ao relatório final I, tal como consta da mensagem envia através da plataforma eletrónica VortalGov sob a refª PT1.MSG.513575; -----
- ll. Durante o período concedido, a reclamante nada referiu ou comunicou à entidade adjudicante, neste caso, o Município; -----
- mm. Contrariamente ao referido pela reclamante no ponto 3 da reclamação/impugnação, o Júri fundamentou as suas propostas, efetuou uma análise correta dos elementos da proposta submetida pela reclamante e chamou à colação os artigos da lei que considerou relevantes para as afirmações efetuadas sem nunca alterar ou omitir partes da letra da lei; -----
- nn. No que ao prazo de execução diz respeito, a proposta apresentada pela reclamante teria de ser excluída mesmo que a sua apresentação / submissão tivesse sido considerada tempestiva, o que não se verifica, dado que o prazo de execução (300 dias) apresentado, viola o previsto em caderno de encargos (365 dias) uma vez que tal parâmetro não foi submetido à concorrência; -----
- oo. A reclamante refere que não é da sua responsabilidade a não sujeição do prazo à concorrência e como tal está disponível para o alterar para 365 dias como fixado em cadernos de encargos; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- pp. Bem sabe o Município que a definição do prazo de execução é da sua inteira responsabilidade, tal como o fez em sede de elaboração e aprovação dos elementos de concurso nomeadamente no caderno de encargos;-----
- qq. Mas também bem sabe a reclamante que nos termos do disposto na alínea b) do nº2 do artigo 70º do CCP, são excluídas as propostas cuja análise revele que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspectos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;-----
- rr. Contudo os factos atrás referidos não relevam na presente situação dado que a proposta da reclamante foi excluída e por esse facto não sujeita a análise e valoração; -----
- ss. No que concerne à invocação feita pela reclamante relativamente ao prejuízo para o erário público com a recusa da sua proposta, verifica-se que tal não é correto uma vez que a proposta nem sequer foi admitida, conforme atrás demonstrado; -----
- tt. Atento a exclusão, a proposta não foi sequer valorada de acordo com os critérios definidos no programa de concurso, pelo que nunca poderia ser considerada para efeitos de adjudicação; -----
- uu. Pelos factos acima mencionados nunca se poderá invocar que o Juri não teve em conta o interesse para o erário público, tanto mais que ao não ser feita a a valoração da proposta pelos motivos atrás expostos, não se qual a ordenação da mesma face às restantes; -----
- vv. Ao analisar corretamente e excluir a proposta, o Juri defendeu o interesse público dado que deu integral cumprimento ao disposto na legislação aplicável, nomeadamente ao CCP e aos princípios basilares da contratação pública; -----

4. CONCLUSÃO

----- Nestes termos, entende-se face aos fundamentos atrás invocados que a apreciação do Júri foi corretamente efetuada e as decisões devidamente fundamentadas, devendo ser mantida a exclusão da reclamante, não devendo nem podendo ser dado provimento à reclamação / impugnação efetuada.-----

----- Assim e como atrás referido deverá ser mantida a análise das propostas constante do relatório final I e relatório final II, bem como a deliberação de adjudicação efetuada em reunião de Câmara de 13/03/2017."-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, concordar na íntegra com a análise supra, efetuada pelos serviços técnicos de obras, mantendo a exclusão da reclamante e deste modo negando provimento à reclamação / impugnação efetuada, nos termos e com os fundamentos contidos na referida informação. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

6.1 - CULTURA

6.1.1 - Junta de Freguesia de Pampilhosa da Serra

- Pedido de autorização para utilização do Pavilhão Municipal
- Ensaio Marchas Populares 2017
- Pedido de isenção do pagamento de taxas

----- Foi presente um requerimento da Junta de Freguesia de Pampilhosa da Serra, a solicitar autorização para utilização do Pavilhão Municipal, todas as segundas-feiras (até 17 de junho) das 21h00 às 22h30, para realização dos ensaios das Marchas Populares. -----

----- Mais solicitam isenção do pagamento das respetivas taxas. -----

----- Relativamente ao pedido formulado, foi presente uma Informação da Divisão Sociocultural e Educativa, tendo por base o artigo 9º do Regulamento de Utilização do Pavilhão Desportivo Municipal de Pampilhosa da Serra. -----

----- Mais informa, que o valor total da isenção é de 90,00 €, correspondendo a 12 dias x 7,5€.

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a utilização do Pavilhão Municipal para os fins supra mencionados e isentar a Junta de Freguesia de Pampilhosa da Serra do pagamento das referidas taxas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.1.2 - Proposta de candidatura “Melhores Municípios para Viver” - M2V

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- “ O INTEC – Instituto de Tecnologia Comportamental está a promover, com o patrocínio do Jornal Sol, até 31 de março, a edição 2017 do Concurso “Melhores Municípios para Viver” – M2V, destinado a premiar projetos inovadores apresentados no âmbito das atividades autárquicas.

----- A edição de 2017 visa premiar a criação e implementação de projetos municipais que



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

procurem aumentar a qualidade de vida da população do município onde residem a nível social, ambiental ou económico. Os projetos vencedores serão alvo de um prémio de reconhecimento público, que distinguirá os melhores projetos candidatos em cada uma das três áreas. -----

----- A candidatura de um projeto ao M2V implica o pagamento de uma inscrição no montante de 1.400,00 €, acrescido de IVA a 23%. -----

----- Assim, tendo em conta a ação do Município de Pampilhosa da Serra ao nível do desenvolvimento local e atendendo ao caráter inovador do "Programa Conversa de Avós", bem como ao impacto que tem causado no bem-estar dos munícipes, propõe-se a sua candidatura a este concurso, enquadrado na área social, de acordo com o formulário anexo à presente informação. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.1.3 – Proposta de Adesão ao Concurso "Boas Práticas URBACT"

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- "Estão abertas até dia 31 de março de 2017 as candidaturas ao concurso europeu "Boas Práticas URBACT", dirigido a todas as cidades que queiram apresentar as suas boas práticas no domínio do desenvolvimento urbano integrado sustentável, que respondam a desafios complexos em ambientes urbanos, através de uma abordagem integrada e participativa na resolução de problemas, tornando a sociedade mais sustentável. -----

----- De acordo com o URBACT, uma "Boa Prática" não é apenas uma prática que é boa, mas uma prática que tem comprovadamente funcionado bem, garantindo os resultados desejados, e que poderá ser recomendada como modelo. Constitui uma experiência bem-sucedida, testada a validade, e merece ser partilhada para que um grande número de cidades a possa adotar. -----

----- As cidades com boas práticas selecionadas serão galardoadas com o título de Cidade Boa Prática URBACT ("URBACT Good Practice City"), tendo oportunidade de integrar uma rede europeia de partilha de boas práticas (URBACT Good Practices) e reforçar a sua visibilidade no contexto europeu e internacional (integrando a Transfer Network, na convocatória a ser lançada em setembro de 2017). -----

----- As candidaturas são gratuitas e deverão ser submetidas, em inglês, através de plataforma online. -----

----- Assim, e no sentido de promover as boas práticas concelhias, propõe-se superiormente a adesão do Município a este concurso, através da apresentação da candidatura do "Programa



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Conversa de Avós". -----

----- *À consideração superior."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a adesão ao concurso em apreço, através da apresentação da candidatura do "Programa Conversa de Avós". -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.2 - AÇÃO SOCIAL

6.2.1 - Ação Social Escolar - Proposta de apoio para alimentação

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- *" No seguimento de um novo pedido de ação social, referente à criança Ana Beatriz Marques Ferreira, venho por este meio remeter a proposta de apoio, após análise de processo: -----*

----- *Pedido: Alimentação; -----*

----- *Apoio: Isenção. -----*

----- A Câmara Municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

7.1 - Candidatura para a criação de uma equipa de Sapadores Florestais

----- Foi presente uma informação da Divisão de Desenvolvimento Municipal, do seguinte teor: -----

----- *"Ao abrigo do Aviso de Abertura de Concurso de Apresentação de Candidaturas para Criação de Equipas de Sapadores Florestais, despacho nº 2434-B/2017, de 21 de março e Decreto-Lei nº 8/2017, de 9 de janeiro, o Município de Pampilhosa da Serra tem intenção de efetuar uma candidatura a uma Equipa de Sapadores Florestais.-----*

----- *Esta candidatura vai de encontro à política florestal municipal implementada pela autarquia nestes últimos anos, contribuindo assim, para a diminuição do risco de incêndio e reforçar a vigilância armada antes e pós incêndio e a primeira intervenção em incêndios nascentes.*

----- *À consideração superior."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, quando eram onze horas, dela se lavrando esta ata, que foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que redigi e subscrevi. -----




